

## **Governo Bolsonaro acelerou reforma da Previdência, mas não se preparou para novas regras**

Há dois meses ninguém consegue saber como fica a aposentadoria diante das novas regras da Previdência do governo Bolsonaro.

Passados quase dois meses da "reforma" da Previdência do governo Jair Bolsonaro, o sistema do INSS ainda não está pronto para dar respostas aos cidadãos sobre o modelo de aposentadoria a que terão direito.

Desde 13 de novembro os brasileiros estão sujeitos a novas regras para se aposentar. A reforma de Bolsonaro aumentou o limite de idade para homens e mulheres e rebaixou os valores do benefícios de aposentadoria, inclusive de servidores de carreiras militares. Somente militares de alto escalão foram preservados.

O site Meu INSS, no entanto, só permite fazer agendamentos. Quando clica em Simular Aposentadoria, a página informa que o serviço está temporariamente indisponível. "Estamos atualizando o simulador para adequação às novas regras de aposentadoria (Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019)", informa.

O INSS afirma que a demora se deve ao fato de que a Emenda 103, publicada no dia 13 de novembro, representou a maior e mais profunda reforma no sistema previdenciário do país, com significativos ajustes paramétricos, mudanças nas regras de acesso, idade, alíquotas, regras de transição, regras de cálculo, limitação à acumulação de benefícios e tantas outras. "Para tanto, todos os sistemas de concessão de benefícios da Previdência Social precisam ser ajustados às novas regras, o que já vem sendo feito", apesar de não haver previsão da regularização da ferramenta", respondeu o órgão à RBA por meio da assessoria de imprensa.

### **Sem aposentadoria**

Segundo o INSS, nenhum cálculo de atendimento de regras ou definição de valores de benefícios concedidos pelo INSS é feito de forma manual pelos servidores, mas por sistemas que cumprem esse papel.

"Nesse sentido, uma força-tarefa formada pelo INSS, pela Secretaria de Previdência e pela Dataprev tem se dedicado a converter cada hipótese de aplicação concreta da nova legislação em regras de sistema, de forma detalhada. Uma simples falha na especificação de qualquer regra pode gerar benefícios concedidos ou indeferidos de forma indevida, podendo gerar prejuízo aos cofres públicos, numa hipótese, ou ajuizamento de milhares de ações judiciais pelos prejudicados, em outra", diz a assessoria.

Assim, após dois meses de reforma, nenhuma aposentadoria sob o novo modelo foi concedida. As novas regras entraram em vigor 21 dias após a votação em segundo turno pelo Senado, ocorrida em 23 de outubro.

Estão habilitados para operação somente os sistemas para concessão de salário maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão, benefícios de prestação continuada ao idoso e à pessoa com deficiência e a pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus. "Esses benefícios representam mais da metade de toda demanda recebida diariamente pelo INSS", afirma o INSS. "Vale destacar que as adaptações dos sistemas não geram nenhum impacto na rotina de análise dos requerimentos feitos por quem já possuía direito adquirido antes da publicação da emenda, ou seja, a análise dos requerimentos feitos conforme as regras anteriores segue normalmente."

## Governo fecha 2019 com menor número de servidores contratados em 20 anos

Empenhado em promover o desmonte do serviço público brasileiro, o Governo Jair Bolsonaro fechou o ano de 2019 com o menor número de contratações de servidores em quase 20 anos. Até outubro, apenas 9.784 pessoas foram contratadas. Paralelamente a isso, o serviço público contou com um grande número de pedidos de aposentadoria devido à votação da reforma da Previdência.

Só nos primeiros dez meses do ano, foram 33.848 aposentadorias concedidas. Desta forma, o saldo entre entradas e saídas de funcionários no Executivo Federal está negativo em cerca de 24 mil trabalhadores. Lembrando que nos últimos dias de 2019, o governo editou um decreto para extinguir 27,5 mil cargos. Destes, a maioria é ligada ao ministério da Saúde, área que já vem sendo sucateada no Brasil há anos.

O decreto também vedou concursos para 68 profissões em universidades federais de ensino, em mais um flagrante ataque ao ensino público brasileiro.

“É uma política de desmonte do serviço público capitaneada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo próprio Jair Bolsonaro. Ambos, querem privatizar tudo o que puderem para repassar os serviços para a iniciativa privada, sedenta por lucro. Mas os servidores não irão permitir que isso aconteça sem reação. Temos de nos preparar para o enfrentamento.

Os servidores já estão se organizando para o Dia Nacional de Luta em Defesa do Serviço Público, Estatais, Emprego e Salário, com greve geral apontada pelas centrais sindicais para o próximo 18 de março. Até essa data, estão marcados diversos atos, mobilizações e encontros.

### Mobilização

Já no dia 23 de janeiro acontecerá o Encontro Nacional do Departamento de Aposentados e Pensionistas da Condsef/Fenadsef, em Brasília. No dia 24, haverá a mobilização do Dia Nacional do Aposentado.

### Calendário de Atividades

- **09/01** – Reunião no Ministério da Saúde, em Belo Horizonte;
  - Reunião na CUT-MG para organização e planejamento do dia 24 de Janeiro - Dia Nacional dos Aposentados.

#### CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

---

##### 06 a 31 de janeiro

Assembleias e atividades na base preparando a Campanha Salarial e pressão sobre os parlamentares em suas bases eleitorais

##### 23 de janeiro

Encontro Nacional do Departamento de Aposentados e Pensionistas da [Condsef/Fenadsef](#), em [Brasília](#)

##### 24 de janeiro

Mobilização do Dia Nacional do Aposentado

##### 11 de fevereiro

Conselho Deliberativo de Entidades (CDE)

##### 12 de fevereiro

Lançamento da Campanha Salarial em Brasília e Ato das Centrais na Câmara dos Deputados

##### 13 de fevereiro

Plenária Nacional da [Condsef/Fenadsef](#)

##### 08 de março

Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora

##### 18 de março

Dia Nacional de Luta em Defesa do Serviço Público, Estatais, Emprego e Salário, Soberania, Defesa da Amazônia, Agricultura Familiar: mobilizações, protestos e greves.

Reativar os Fóruns Estaduais das entidades sindicais do setor público.